



# Anais da Assembléia

Nº 157

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Rery Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1996.**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da

ACRESCIMO DAS OBRAS		ANEXO I		FL. 01 RS 1,00		
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR
6000		ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I		I	
		IENTIDADES VINCULADAS	I		I	
6085		IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I		I	
		IDER	I		I	
1182		IPROGRAMA DE CORREDORES RODOVIARIOS DO	I		I	
		IPARANA/BID IV	I		I	
0005		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	450.000
		IPALOTINA - FAZENDA SAO PEDRO	I		I	
0006		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	400.000
		IFAZENDA SAO PEDRO- ASSIS CHATEAUBRIANDI	I		I	
0007		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	600.000
		ICRUZEIRO DO OESTE- ACESSO LOVAT	I		I	
0008		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	350.000
		IACESSO LOVAT - UMUARAMA	I		I	
0009		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	500.000
		ISANTO INACIO - CENTENARIO DO SUL	I		I	
0028		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	2.000.000
		IACESSO BAULANDIA - ENTRONCAMENTO	I		I	
		IBR/158 (PATO BRANCO)	I		I	
0029		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	600.000
		IENTRONCAMENTO PR/446 (RONDON) - RIO	I		I	
		IDOS INDIOS	I		I	
0031		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	900.000
		ISANTA FE - NOSSA SENHORA DAS GRACAS	I		I	
0035		IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	1.200.000
		ITOLEDO - RIO SANTA QUITERIA	I		I	
TOTAL			I	T	I	7.000.000

sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE.**

**Mensagens:**

• MENSAGEM Nº 90/96.

Curitiba, 23 de outubro de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que visa aprovar um ajuste orçamentário no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando adequar o programa de obras.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de obras do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste no Programa de Obras no Anexo VI do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), conforme Anexo I e II desta Lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REDUÇÃO  
DAS OBRAS

## ANEXO I I

FL. 02  
R\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	I	PROC
6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I		I			I
	IENTIDADES VINCULADAS	I		I			I
6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I		I			I
	IDER	I		I			I
1182	IPROGRAMA DE CORREDORES RODOVIARIOS DO	I		I			I
	IPARANA/BID IV	I		I			I
0014	IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	1.000.000	I	2144
	IACESSO ELETROSUL - TREVO TV TROPICAL	I		I			I
0016	IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	4.000.000	I	2144
	IBR/376 - IMBAU - TELEMAGO BORBA	I		I			I
0026	IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I	2.000.000	I	2144
	IRIO PIQUIRI - IV CENTENARIO	I		I			I
TOTAL		I	T	I	7.000.000	I	
		I	O	I			OI

## À DIRETORIA LEGISLATIVA

MENSAGEM Nº 91/96.

Curitiba, 23 de outubro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova um ajuste orçamentário no valor de R\$ 13.538.433,00 (treze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e três reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.1995, visando atender a aquisição de materiais e equipamentos, reparos nas escolas estaduais, armazenamento e transporte da merenda escolar, recuperação de carteiras escolares e a execução do Fundo Rotativo para as escolas da rede pública estadual.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia

gia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste orçamentário ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28.12.1995, no valor de R\$ 13.538.433,00 (treze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e três reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência ao contido nos artigos anteriores desta lei fica alterado o Programa de Obras no Anexo VI da Lei Estadual de 28 de dezembro de 1995, conforme Anexo III, desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DA DESPESA		ANEXO	FL. 01 R\$ 1,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IN IFT IRI	VALOR	IN DO I PROC I COF
3600	SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL -- ENTIDADES VINCULADAS	I I I I	I I I I		I I I I
3633	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I I	I I		I I
2158	INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO IA REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE	I I	I I	13.538.433	I2080
TOTAL		I	I	13.538.433	I

REDUÇAO DAS OBRAS		ANEXO I I I		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
3500	SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I	
	EDUCACIONAL - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	
3630	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I	
	EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I	
2150	INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO A	I	I	I	
	REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE	I	I	I	
0002	CONSTRUIR 04 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	211.918	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I	
	IGRAMADOS	I	I	I	
0003	CONSTRUIR 04 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	65.403	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I	
	INOVOS HORIZONTES	I	I	I	
0004	CONSTRUIR 04 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	76.860	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I	
	IDR. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	I	I	I	
0005	CONSTRUIR 05 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	138.397	12080
	DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I	I	I	
	INIL CAIRO	I	I	I	
0006	CONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 08 SALAS DE	I T	I	311.010	12080
	LAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA CASA	I	I	I	
	IDA FAMILIA	I	I	I	
0009	CONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 02 SALAS DE	I T	I	24.115	12080
	LAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS EM VANIA	I	I	I	
	IMARIA SIMAO	I	I	I	
0014	CONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 06 SALAS DE	I T	I	228.878	12080
	LAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO JARDIM	I	I	I	
	IANA ROSA II	I	I	I	
0015	CONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	87.361	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I	
	INATAL PIGATO	I	I	I	
0017	CONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	259.831	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I	I	I	
	IMAL. RONDON	I	I	I	
0020	CONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 10 SALAS DE	I T	I	353.552	12080
	LAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS COLEGIO	I	I	I	
	ESTADUAL DE SEGREGO	I	I	I	
0021	CONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I T	I	110.472	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I	I	I	
	IDR. FRANCISCO LEAL	I	I	I	

0022	ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	120.048	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I		I		
	IBARÃO DE CAPANEMA	I		I		
0023	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 6 SALAS DE	I	T	I	223.797	12080
	AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO	I		I		
	CONJUNTO HAE VISTA ALEGRE	I		I		
0024	ICONSTRUIR 5 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	104.846	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		
	ICATARATAS/ESC. MUN. QUINTINO BOCAIUYA	I		I		

REDUÇAO DAS OBRAS		A N E X O I I I			FL. 03 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROJ
0025	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	59.234	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		
	ICASTROLANDIA/ESC. MUN. RELIDES	I		I		
	IB. CAPILE	I		I		
0029	ICONSTRUIR 6 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	72.931	12080
	DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		
	IGENESIO MORESCHI	I		I		
0030	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	61.014	12080
	DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		
	IGULIA CAVASIN	I		I		
0031	ICONSTRUIR 10 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	215.503	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL DE	I		I		
	IGUARAITUBA /ESC. MUN. ANGELO DALPRA	I		I		
0032	ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	104.847	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL A	I		I		
	IANDREATA	I		I		
0033	ICONSTRUIR 9 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	101.358	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUN. ANTONIO	I		I		
	IANDRE JOHNSON	I		I		
0034	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	133.133	12080
	DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		
	IJOSE DOMINGUES DA COSTA	I		I		
0037	ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	145.384	12080
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		
	IJOSE FRESSATO	I		I		
0038	ICONSTRUIR 5 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	101.232	12081
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		
	IJOSE DE ALENCAR	I		I		
0039	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	85.936	12081
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		
	IMARIA IIVA PROENCA	I		I		
0041	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	125.481	12081
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I		I		
	INOSSA SRA. SALETE	I		I		
0042	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	93.260	12081
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I		I		
	IPEDRO ALVARES CABRAL	I		I		
0043	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	206.392	12081
	DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL RUI	I		I		
	IBARBOSA/ESC. MUN. NILZA PEFING	I		I		
0045	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	71.253	12081
	DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		
	IMARIO DE ANDRADE	I		I		
0047	ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	88.944	12081
	DEPENDENCIAS NO COL. EST. DE	I		I		
	IPALMEIRINHA/ESC. MUN. MANOEL M. CAMPOS	I		I		
0048	ICONSTRUIR 5 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	176.754	12081
	DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		

REDUÇAO  
DAS OBRAS

ANEXO

A N E X O I I I

FL. 04  
RS 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROC
0050	IVINTE E NOVE DE ABRIL ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA COL. ESTADUAL IARQJETO RONDON/ESC. MUN. PROF. M. F. ISANTOS	I	T	I	50.000	12081
0051	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA ESCOLA RURAL TAIO	I	T	I	169.160	12081
0052	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL IBASILIO DE LUCA	I	T	I	148.360	12081
0054	ICONSTRUIR 1 SALA DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL IPEIRO V. PARIGOT DE SOUZA	I	T	I	52.301	12081
0055	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 6 SALAS DE IAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS P/ ESC.	I	T	I	303.554	12081
0057	IEST. BEL. ANTONIO ALVES ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL IOLAVO BILAC	I	T	I	220.398	12081
0058	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL IMIGUEL DIAS	I	T	I	140.599	12081
0059	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL INICANOR BUENO MENDES	I	T	I	193.268	12081
0061	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL ISAGRADA FAMILIA	I	T	I	136.294	12081
0067	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 6 SALAS DE IAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS EM IMARECHAL CANDIDO RONDON	I	T	I	377.983	12081
0068	ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ISUIDI SATO	I	T	I	120.707	12081
0069	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL IDE MARMELEIRO	I	T	I	35.392	12081
0070	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 5 SALAS DE IAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA IESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL	I	T	I	217.771	12081
0072	ICONSTRUIR 1 SALA DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL DE IGUAIRA/ESC. MUN. ERICO VERISSIMO	I	T	I	170.836	12082
0073	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS IDEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL DE IVISTA ALEGRE	I	T	I	124.533	12082
0075	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA C/10 SALAS IAULA/DEMAIS DEPEND. PARQUE	I	T	I	359.619	12081

REDUÇAO DAS OBRAS		ANEXO III			FL. 05 RS 1,00		
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROC
		INDEPENDENCIA/JARDIM BELA VISTA	I		I		I
		I(PRIORIDADE)	I		I		I
0076		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	176.751	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		I
		IAMADEU M. MARGRAF/ESB MUN.N.S. DO	I		I		I
		IROCIO	I		I		I
0077		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	211.918	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA RURAL	I		I		I
		ICOLONIA MACIEL	I		I		I
0078		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	269.503	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		I
		ICIDALIA R. BOMES	I		I		I
0079		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	137.918	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL DE	I		I		I
		IGRAJAU	I		I		I
0081		ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	237.947	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		I
		ICRISTO REI	I		I		I
0084		ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 6 SALAS DE	I	T	I	303.554	12082
		IAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS P/	I		I		I
		IESCOLA ESTADUAL AMINTAS B. BRAGA	I		I		I
0085		ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 6 SALAS DE	I	T	I	244.945	12082
		IAULA E DEMAIS DEPENDENCIAS P/ ESC.	I		I		I
		IMUN. AROLD DE FREITAS	I		I		I
0087		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	125.535	12082
		DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		I
		I PROF. LEANDRO M. DA COSTA	I		I		I
0088		ICONSTRUIR 5 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	203.885	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL D.	I		I		I
		I JULIA WANDERLEY	I		I		I
0089		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	57.389	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I		I		I
		IAFONSINA MENDES SEBREWSKI	I		I		I
0090		ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	170.356	12082
		DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		I
		IGI DE MARCO	I		I		I
0091		ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	38.944	12082
		DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL	I		I		I
		IVERNAY	I		I		I
0092		ICONSTRUIR LABORATORIO E DEMAIS	I	T	I	92.105	12082
		DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL SANTA	I		I		I
		IMARIA	I		I		I
0094		ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	204.909	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		I
		IDR. MUNICI DA ROCHA	I		I		I
0095		ICONSTRUIR 4 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	237.947	12082
		DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL	I		I		I
		IEUGENIO MALANSKI	I		I		I

REDUÇAO DAS OBRAS		ANEXO III			FL. 06 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FT I			VALOR	IPROC
0096	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL IMAESTRO BENTO MOSSURUNGA	I	T	I	195.404	12083
0098	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 12 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA LOCALIDADE PRIMAVERA	I	T	I	352.517	12083
0100	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESC. RURAL MUN. ALFREDO ROSA/ESC. EST. ANTONIO BARONI	I	T	I	123.377	12083
0101	ICONSTRUIR 10 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL PE. ANGELO MATIUSSI	I	T	I	527.407	12083
0103	ICONSTRUIR 6 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESC. EST. SAO MANOEL/ESC. MUN. SAO JOAO BATISTA	I	T	I	215.319	12083
0105	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESC. EST. GAL. GOMES CARNEIRO/ESC. MUN. R.M. SILVA	I	T	I	79.385	12083
0106	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL JOSE FERREIRA DE MELLO	I	T	I	133.612	12083
0107	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ISAC TORGE	I	T	I	165.767	12083
0109	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL SAO JOSE	I	T	I	154.475	12083
0110	IRECONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO COLEGIO ESTADUAL AFONSO PENA	I	T	I	128.173	12083
0111	IRECONSTRUCAO 3 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA ESTADUAL JUSCELINO R. DE OLIVEIRA	I	T	I	71.253	12083
0112	IRECONSTRUCAO DE 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESC. EST. EFIGENIA DE PAULA LUZ/ESC. MUN. G. IMOREIRA	I	T	I	114.777	12083
0113	IRECONSTRUCAO DE 6 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL YOSHIO HAYASHI	I	T	I	207.265	12083
0114	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 4 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO BAIRRO SAC SILVESTRE	I	T	I	217.444	12083
0116	ICONSTRUIR 2 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL SAO BENTO	I	T	I	233.885	12083
0117	ICONSTRUIR ESCOLA NOVA COM 4 SALAS DE AULA E DEMAIS DEPENDENCIAS NO	I	T	I	249.503	12083



REDUÇAO DAS OBRAS		ANEXO		I I I		FL. 07	I
		ANEXO				RS 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPRCCI	
0119	IDISTRITO CAETANO MENDES	I	I	I			
	ICONSTRUIR 6 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	216.273	120831	
	IDEPENDENCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL	I		I			
	IARSENIO HEISS	I		I			
0120	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	145.864	120831	
	IDEPENDENCIAS NA ESCOLA RURAL RAUL	I		I			
	IPOMPEIA	I		I			
0121	ICONSTRUIR 3 SALAS DE AULA E DEMAIS	I	T	I	175.621	120831	
	IDEPENDENCIAS NA ESC. EST. INOCENCIO	I		I			
	OLIVEIRA/ESC. MUN. MIGUELINA H.T.	I		I			
TOTAL		I	T	I	13.538.433	I	

### À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob o nº 802/96, do Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimento sobre "empresas que fornecem material de estiva".

**Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, @ 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Ângelo Magnabosco, ocorrido em 19.09.96, em Capitão Leônidas Marques-PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em 19.09.96, o comerciante Ângelo Magnabosco com a idade de 90 anos.

O extinto deixou 12 filhos, 53 netos e 50 bisnetos. Era viúvo de D. Julieta Santana Magnabosco.

O falecimento de Ângelo Magnabosco veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Privou o destino, seus familiares, do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para condição humana de Seu servo Ângelo Magnabosco.

O céu será grande e a paz sobre o Sr. Ângelo, e o seu descanso não terá fim desde agora e, para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Ângelo Magnabosco para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade, mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Ângelo sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Magnabosco, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

##### REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão de votos de profundo pesar pelo falecimento de Sr. José Amaro de Oliveira, tinha 59 anos e era motorista aposentado.

Era casado com a Sra. Eclovete Cheda de Oliveira e possuía 4 filhos: Roberto Santos de Oliveira, Vera Regina de Oliveira, Djalma Cheda de Oliveira e Vitor Hugo de Oliveira.

Homem honesto, trabalhador, profissional, amigo e solidário, José Amaro de Oliveira, com seu passamento, deixa enorme lacuna no seio de sua família e de seu vasto círculo de amigos.

Porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, o carinho, a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de co-

nhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de José Amaro de Oliveira, enviando voto de profundo pesar, à Sra. Eclovete Cheda de Oliveira e família para o seguinte endereço: Rua Otávio Bressan, 168 - Santa Cecília no Bairro de Santa Felicidade - Curitiba-PR, rogando a Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (artigo 132, parágrafo 1º, III, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em ata de votos de congratulações ao Sr. Euclides Bogoni (Av. Paraná, 1100, Caixa Postal 116, Paranaíba-PR, CEP: 87.705-140), Diretor e Editor do Jornal "Diário do Noroeste, pelo 41º ano de existência desse periódico.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

No ano de 1955, o Diário do Noroeste, nasceu com a denominação de "O Noroeste", com tiragem quinzenal. Desde a sua primeira edição, demonstrava a defesa dos interesses da Região Noroeste.

Dois anos depois, foram adquiridos novos equipamentos permitindo a edição semanal, até que em 1959, passou a ter edição diária.

No início era composto tipograficamente (letra por letra). Em 1975, o jornal passou a utilizar a montagem em "off-set", com grande avanço para a época. Neste mesmo ano, o jornal foi vítima de um incêndio que destruiu todas as instalações, obrigando a sua impressão ser realizada em Maringá, por um período de seis meses.

Sempre este periódico procurou modernizar-se. Atualmente utiliza as mais modernas máquinas semelhantes as dos jornais de grande porte.

As dificuldades por que passou o Diário do Noroeste, foram inúmeras, mas a determinação de seu fundador e idealizador, Euclides Bogoni, soube transpor estes obstáculos, aprimorando cada vez mais a empresa na busca da aceitação plena do periódico.

A imparcialidade, a seriedade, o respeito, a justiça, a honestidade e a perseverança são as características principais que este jornal tem demonstrado nestes seus 41 anos de existência.

É ele, o órgão oficial de comunicação da Região Noroeste, abrangendo 29 municípios.

Permanece até hoje, desde a sua fundação, o compromisso de manter a população de Paranaíba e região informada dos principais fatos que ocorrem no Município, Estado e País.

Ao Diário do Noroeste, através de seu editor, redatores e funcionários, apresentamos nossos votos de congratulações pelo seu 41º aniversário.

#### REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso, hoje, 28 de outubro, do "Dia do Funcionário Público".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da ASPP - Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação de homenagear a valorosa e laboriosa classe do funcionalismo público do Paraná, inegavelmente a principal peça na engrenagem da administração pública que, com dedicação, sacrifício, espírito de trabalho, ajuda, dia-a-dia, a construir o Estado, em todos os setores da atividade governamental.

Ao se comemorar o "Dia Nacional do Funcionário Público", almejamos que seja feito deste dia o momento da compreensão e da gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho dessa classe no atendimento do cidadão de quem é a esperança primeira.

Que lhe seja dado o devido reconhecimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro na ata da presente sessão, de votos de congratulações à Cooperativa de Serviços de Toledo Ltda - COOSERVIÇO, com sede na Cidade de Toledo, presidida pelo Sr. Carlos Juarez Klaus, pelos relevantes serviços prestados à comunidade daquele município.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Entidade com mais de 300 cooperados, que prestam serviços ao Poder Público Municipal, empresas e particulares no Município de Toledo e região. A COOSERVIÇO nasceu em Toledo, de uma idéia comunitária, berço de diversas experiências do gênero.

É importante ressaltar e registrar que os trabalhadores que são filiados e prestam serviços à Cooperativa, recebem salário mensal e têm participação no lucro da mesma, têm o direito de opinar sobre as decisões e votar e ser votado para sua direção.

A COOSERVIÇO atualmente é presidida pelo Sr. Carlos Juarez Klaus, que assumiu a Cooperativa com 128 sócios em março de 1994 e elevou este número para mais de 300.

Iniciativas como estas devem ser reconhecidas e adotadas por outros municípios do Estado e do País, pois reduzem o nível de desemprego, reduzem as despesas das Prefeituras Municipais e proporcionam um melhor salário aos trabalhadores.

#### REQUERIMENTO Nº 1250

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o ouvido do douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de especial louvor ao ilustre Magistrado, Dr. Lauro Augusto Fabrício de Melo, conduzido à elevada função de Juiz do Tribunal de Alçada, por merecimento. Trata-se de um valoroso integrante do quadro judiciário do nosso Estado, com larga folha de serviços à sociedade, de notório e invejável saber jurídico, que certamente vai enriquecer o quadro do Tribunal de Alçada, com suas sábias decisões e ricas intervenções.

Esta Casa, ao registrar este fato, manifesta o reconhecimento de todo o povo paranaense, de quem é legítimo representante.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Elvira Maria e Iluir dos Santos, que completou 25 anos de feliz união, comemorando desta forma as "Bodas de Prata", renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na ata dos trabalhos de votos de congratulações a Carlos Emery Cade, Superintendente da Região Sul da ENCOL.

Requer, ainda, que a decisão do douto Plenário seja comunicado ao nosso homenageado na Av. Vicente Machado, 907 - CEP: 80.420-011 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) BETO RICHIA

#### JUSTIFICATIVA:

Carlos Emery Cade chegou ao Paraná em 1989 para assumir a Superintendência Regional da ENCOL, responsável pelos rumos da empresa no Sul do País. No controle regional da maior construtora no Brasil, com 35 anos, mais de 13,3 milhões de metros quadrados e aproximadamente 100 mil unidades entregues, Cade começou sua carreira como estagiário na própria ENCOL, aos 18 anos. Nosso homenageado foi gerente técnico e de empreendimentos da filial de Porto Alegre, vindo a Curitiba em seguida, onde permanece até hoje. Casado, aos 41 anos, Carlos Emery Cade é capixaba de Guaçu.

Sob a direção de Cade, a ENCOL investe continuamente em tecnologia, tendo criado diversas inovações nas técnicas de construção civil, trabalhando em conjunto com universidades. Em seis anos de atuação no Paraná, a ENCOL está presente em Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá e Cascavel, com Cade vislumbrando novos mercados para a construtora que mais cresce no país. Atualmente, a ENCOL está trabalhando em 58 cidades com uma filial em Buenos Aires, gerando 13.500 empregos diretos e milhares de outros indiretos.

#### REQUERIMENTO Nº 1260

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consagração na ata dos trabalhos, de votos de congratulações à direção da empresa Café Damasco.

Requer, ainda, que a decisão do douto Plenário seja comunicada aos nossos homenageados na Rodovia do Café Km 03, nº 3.661 - CEP: 81.200-010, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) BETO RICHIA

#### JUSTIFICATIVA:

A consolidação no mercado do Café Damasco veio com um crescimento de 36,6% só nos últimos dois anos. Na pesquisa "Top of Mind", a marca foi lembrada em Curitiba por 74% dos entrevistados, revelando que, mais que um excelente produto, a direção da empresa está no caminho certo em relação a investimentos que garantam a "diferença" do produto se comparado a outras marcas.

Como estratégia de ampliação de novos mercados, o próximo passo é levar o Café Damasco para Florianópolis, Santa Catarina, consolidando no Estado vizinho outro sucesso de vendas e preferência do consumidor. E o mercado gaúcho está na mira da direção da empresa, que confia na qualidade de seu produto.

-Para assegurar esse crescimento em ascensão, a direção do Café Damasco está ampliando sua unidade fabril, localizada na Rodovia do Café, a ser inaugurada até o final do ano. São mais de 2 mil metros quadrados, abrigando novos equipamentos, gerando mais empregos e divisas para o Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1236

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, DD, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a situação das estradas projetadas pelo Programa "Caminho da Educação" nos Bairros Jerusalém - Cornélio Procópio, Nossa Senhora da Candelária - Bandeirantes, Jandinoópolis - Leopoldina e Bairro Messias - Nova Fátima e a previsão para o início efetivo da pavimentação dessas estradas.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando uma viatura para a Polícia Civil de Imbituva.

Em Imbituva, a Polícia Civil, vem a medida do possível protegendo a população. Não podendo contar com muitos recursos e com a falta de veículos em bom estado, apresenta dificuldades em atender principalmente as chamadas do interior do município.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1241

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Diretoria do DER e do DNER, referente ao arroio da Ronda, em Ponta Grossa, que continua sendo um dos maiores problemas do eixo rodoviário regional.

Vários acidentes vêm ocorrendo no arroio da Ronda, devido ao seu transbordamento, por causa da dificuldade da água passar sob a ponte. Por volta de 1987 o DER fez a dragagem do arroio, mas isto não foi suficiente para o problema.

Quando ocorre o transbordamento do arroio, o tráfego na região fica complicado e perigoso, ocorrendo inclusive acidentes com vítimas fatais.

Solicita-se que haja um consenso entre o DER e o DNER, para que o problema supracitado seja resolvido o

mais rápido possível.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando uma viatura para a Polícia Civil de Cândido de Abreu.

A Polícia do Município de Cândido de Abreu, vem procurando da melhor forma possível proteger a população. Sem contar com muitos recursos e com a falta de veículos em bom estado de funcionamento vem sendo encontradas dificuldades de atender principalmente as chamadas do interior. Com base nestes fatos, e procurando atender os anseios da população é que se faz a solicitação de uma viatura nova para o município.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Joni Paulo Varisco, DD. Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, cumprimentando-o pelo importante trabalho desenvolvido à frente da Secretaria.

Outrossim, requer a expedição de cópia do relatório (em anexo) dos 20 meses de existência desta Secretaria, ao Dr. Jaime Lerner, DD. Governador do Estado, e Dr. Giovani Gionédís, DD. Chefe da Casa Civil.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado e Relações do Trabalho foi criada em fevereiro de 1995 através da Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro, com objetivo de tratar, dos assuntos do Trabalho. A estrutura da SERT abrange 17 Escritórios Regionais, distribuídos no Estado.

O papel desempenhado pela SERT abrange as seguintes áreas:

- intermediação de mão-de-obra;
- geração de emprego e renda;
- qualificação profissional;
- seguro-desemprego;
- geração de informações sobre o mercado de trabalho.

O Programa da intermediação da mão-de-obra, integrante do Sistema Nacional de Emprego - SINE, tem a finalidade de aproximar os interesses dos trabalhadores e dos empresários, facilitando-se a colocação dos primeiros no mercado de trabalho e aos segundos, a captação de mão-de-obra disponível.

As metas atingidas até agosto de 1996:

- trabalhadores inscritos: 206.606
- vagas levantadas no mercado de trabalho: 88.268
- trabalhadores classificados e encaminhados: 191.514
- trabalhadores colocados no mercado: 41.776

O Programa de geração de emprego e renda, é um conjunto de ações que visam o fomento, a implantação e o desenvolvimento de programas para a Geração de Emprego e Renda. A Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, executou:

a) implantação e implementação do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, creditados ao Paraná via Banco do Brasil S/A os quais são repassados via financiamento a micro e pequenas empresas, ao setor informal da economia e a cooperativas/associações.

Metas atingidas:

- \* com o PROGER URBANO até setembro de 1996:
  - atenderam-se 627 empreendimentos;
  - criados empregos diretos: 4.730
  - municípios beneficiados: 208
  - valor total: R\$ 23.956.793,57
- \* com o PROGER RURAL até junho de 1996:
  - atenderam-se produtores: 34.834
  - perspectiva de ocupações: 69.668
  - total aplicado: R\$ 174.193.315,55

b) Formação de Frentes de Trabalho: destinadas a preencher com oportunidade de trabalho, emergencial sazonal, os períodos "vazios" de ocupação remunerada de trabalhadores rurais volantes e trabalhadores urbanos em situação de desemprego ou subemprego crônico.

Meta atingida:

- atenderam-se 76 municípios;
- trabalho direto a 4.500 trabalhadores, durante 30 anos;
- total de R\$ 714.598,00
- serão atendidos ainda, até o final do exercício, mais de 67 municípios, totalizando R\$ 669.500,00

c) Desencadeamento do processo de criação dos Conselhos Municipais do Trabalho - cujas competências são previstas em decreto específico como descentralização do Conselho Estadual de Trabalho, em obediência ao previsto pelo CODEFAT: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e fende à postura metodológica adotada pela SERT.

Metas atingidas:

- realização de 36 encontros com Associações de Municípios;
- realização de 193 reuniões de discussão e orientações e Associações de Empregadores e Empregados;
- elaboração do Manual de Orientação para a instalação de Conselhos ou Comissões Municipais de Trabalho;

- homologação dos Conselhos Municipais de 343 municípios e encontram-se em fase de instituição, os 28 restantes do Estado.
- restantes do Estado.

Programa da qualificação profissional: Cerca de 40% das vagas oferecidas pelo mercado de trabalho não são preenchidas por falta de qualificação dos candidatos, o programa de qualificação profissional desenvolve ações para minimizar as dificuldades de acesso ao trabalho remunerado, propiciando ao trabalhador a empregabilidade.

Por meio de seis mil cursos, totalmente gratuitos, que abrangem atividades dos três setores da economia, foram atingidos 97.966 trabalhadores, com um montante de recursos, captados junto ao FAT, de R\$ 10.190.577,00.

Programa de seguro-desemprego: Está gerenciado pela CSD - Coordenadoria do Seguro-Desemprego. Esse benefício de direito constitucional destina-se a prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado.

Curitiba, terça, em 29.10.96

gado sem justa causa, propiciando-lhe a obtenção de tais recursos e encaminhando-o para o curso de capacitação mais adequado, com vistas à sua reinserção no mercado de trabalho.

Metas atingidas até agosto de 1996:

- trabalhadores atendidos: 294.843
- trabalhadores requerentes habilitados: 203.804

Programa de geração de informações sobre o mercado de trabalho: Visa a geração, a divulgação e a preservação da memória sobre o mercado de trabalho, visando subsidiar a política de emprego no nível local, regional e nacional.

Metas atingidas até agosto de 1996:

- Boletim conjuntural sobre emprego formal: 7.200 exemplares;
- informações conjunturais de emprego: 19.850 exemplares;
- pesquisa salarial: 930 exemplares;
- boletim de intermediação: 83 exemplares;
- estatísticas mensais de emprego: 835 exemplares;
- fluxo de mão-de-obra: 5.128 exemplares;
- mercado de trabalho em Curitiba: 180 exemplares.

#### REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do José Antônio Merlin, de Cascavel, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 26 de outubro de 1996.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Empresário cascavelense, José Antônio Merlin faleceu neste sábado, deixando a esposa, Cleusa de Fátima Merlin e a filha, Jordana Merlin. Cabe a esta Casa de Leis neste momento, através da aprovação deste requerimento, prestar solidariedade à família por esta triste perda.

#### REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Atalaia - Bairro Porteiro - Município de Colombo, os quais solicitam a implantação de rede de iluminação pública nessa rua.

Afirmam que no local já existem os postes. Informações complementares podem ser obtidas com a Sra. Noeli Oligine Durizote pelo telefone 367-2433.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo no Bairro Sesmária, salda para Antonina - Morretes - PR. Os moradores estão revoltados tendo em vista que nos finais de semana nunca há distribuição de água e isso tem causado muitos transtornos a toda a população.

O pedido está sendo feito pelo Sr. Ademir Santos -

fone 248-6783 - o qual também quer saber sobre a taxa de serviços prestados que vem sendo cobrada no seu talão, ou seja, quais são esses serviços prestados.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar o problema que vem acarretando falta de água na Rua Saul Bento Nodari, no bairro Jardim Curitiba, no Município de Colombo.

O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais pedem uma solução face os transtornos que estão lhes sendo causados.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder reparos na Rua Atalaia, proximidades do nº 1047 - Bairro Porteiro.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, sendo que a SANEPAR abriu valetas para colocar manilhas e agora a mesma encontra-se intransitável, causando uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder reparos na Rua Saul Bento Nodari, no bairro Jardim Curitiba.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua em razão dos transtornos que vêm sendo causados para a comunidade.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Luiz Perrotti, em apoio ao pedido de recontagem de votos no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(aa) VALDIR ROSSONI

CEZAR SILVESTRI

IRINEU COLOMBO

NELSON TURECK

BETO RICHIA

WALMOR TRENTIN

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente tem como única função, esclarecer todas e quaisquer dúvidas relativas ao pleito eleitoral no município de Cascavel e, sendo assim, não trará nenhum



prejuízo aos envolvidos. Tendo caráter meramente esclarecedor, garantirá a legitimidade da eleição e do real vencedor, bem como a lisura do processo democrático naquele município.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste requerimento, resguardando assim a democracia naquele importante município de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de Pedido de Informações ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, para que esclareça os seguintes questionamentos:

01 - Qual é o valor do investimento da montadora de veículos Chrysler em sua fábrica no Estado do Paraná?

02 - Há a participação de recursos públicos ou do FDE (Fundo de Desenvolvimento do Estado) no empreendimento?

03 - Qual a extensão da renúncia fiscal ou dilatação de prazo no recolhimento do ICMS que o Estado do Paraná deu ao empreendimento, compreendendo valor e período e em qual Lei se baseou?

04 - O Governo do Estado contribuirá com a compra do terreno para a instalação da fábrica? Se positivo, qual o valor do investimento e de qual dotação orçamentária provém?

05 - Como pretende o Governo do Estado evitar o dispositivo da Lei Federal 8.666/93, que veda doações pelo Estado?

06 - Se foram ou estão sendo realizados estudos de Impacto Ambiental na área a ser instalada a fábrica?

07 - Qual é o saldo do FDE (Fundo de Desenvolvimento do Estado) que tem como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná?

08 - As tarifas a serem cobradas pela COPEL e SANEPAR da montadora serão subsidiadas? Qual o mecanismo a ser empregado para tal subsídio?

Requer ainda seja enviado a esta Casa de Leis cópia do Protocolo de Intenções ou instrumento equivalente que formalizou a instalação da montadora de veículos Chrysler no Estado.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1263

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de Pedido de Informações ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, para esclarecimentos das seguintes questões:

01 - Qual é o valor do investimento da montadora de veículos RENAULT na instalação de sua fábrica em São José dos Pinhais?

02 - Qual a participação do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE - no empreendimento?

03 - Qual o valor da participação do capital privado que o Governo do Estado garantiu ao empreendimento?

04 - Qual a extensão da renúncia fiscal ou dilatação de prazo para recolhimento de ICMS concedida pelo Estado, compreendendo valor e período e em qual Lei se baseou?

05 - De qual dotação orçamentária se originou o recurso para compra do terreno no Município de São José dos Pinhais?

06 - Como o Governo do Estado pretende evitar o

dispositivo da Lei Federal 8.666/93, que veda doações pelo Estado?

07 - Se foram ou estão sendo realizados estudos de Impacto Ambiental, tendo em vista ser área de preservação permanente devido aos mananciais ali presentes?

08 - Qual o critério usado para esclarecer o preço do metro quadrado para compra da área a ser doada à montadora RENAULT?

09 - Qual empresa ou instituição realizou a avaliação na área a ser doada? A Procuradoria Geral do Estado fez avaliação?

10 - Qual o saldo do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE - que tem como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná?

11 - As tarifas a serem cobradas pela COPEL e SANEPAR serão subsidiadas?

12 - Qual é a participação do Sr. Carlos Alberto de Oliveira Andrade, do grupo CAO, importador oficial da RENAULT no Brasil, no empreendimento?

Requer ainda seja enviada a esta Casa de Leis cópia do Protocolo de Intenções ou documento equivalente que formalizou a instalação da fábrica da montadora de veículos RENAULT no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### Projeto de Decreto Legislativo:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA

Art. 1º - Fica sustada em seu inteiro teor, com base no artigo 54, inciso XXVII, da Constituição Estadual, a Resolução nº 4.056/96 de 18 de outubro de 1996 da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ÂNGELO VANHONI

Apoiamento: Nereu Moura, Renato Adur, Péricles de Mello, Carlos Simões e Irineu Colombo.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de impedir a extinção dos cursos profissionalizantes de 2º Grau ofertados pela rede pública estadual de ensino, através da criação do PROEM - Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Médio do Paraná, o que geraria prejuízos irreversíveis para os educandos que optam por um curso de formação técnica através do livre processo de escolha ao terminarem o 1º Grau, a Assembléia Legislativa apresenta o presente Projeto de Decreto Legislativo em conformidade com o inciso XXVII, do artigo 54 da Constituição Estadual. O referido inciso trata da competência do Poder Legislativo, para sustar atos do poder executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa.

A resolução aqui atacada carece de embasamento e apoio, pois contraria a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que garante ao educando de 2º Grau acesso ao ensino profissionalizante. A própria manifestação do Conselho Estadual de Educação desaprovou a implantação do PROEM na forma que a Secretaria de Estado da Educação instituiu-o.

Assim sendo, é urgente que a medida contida neste Projeto de Decreto Legislativo seja amparada pelos membros deste Poder, favorecendo, com justiça e legalidade, os estudantes do Estado do Paraná.

**Projeto de Resolução:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/96**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art 1º - Fica alterado o "caput" do art. 15 e seu § 1º da Resolução nº 159/90, que aprovou o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, e que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - A Mesa da Assembléia, composta de Presidente, três vice-Presidentes e cinco Secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimentos deste, pelos 2º e 3º vice-Presidentes; o 1º e 2º Secretários serão substituídos, respectivamente, pelos 3º, 4º e 5º Secretários."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

**JUSTIFICATIVA:**

A proposta pretende dinamizar e ampliar os trabalhos no âmbito do Poder Legislativo, bem como, impulsionar futuras realizações, seguindo o exemplo de outras Assembléias Legislativas do país, voltadas para o desenvolvimento e a modernidade.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, para a aprovação do projeto que ora apresentamos.

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 475/96**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:****TÍTULO I**

Da Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais

**CAPÍTULO I**

Objetivos e Princípios

**SEÇÃO I**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais de quaisquer espécie desenvolver-se-á em conformidade aos critérios e princípios adotados por esta Lei.

Art. 2º - A Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais tem por objetivo assegurar que todo recurso natural do Estado explorável e essencial à vida, ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social, possa ser controlado e utilizado, em padrões e critérios satisfatórios, pela sociedade atual e gerações futuras, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 3º - A Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais atenderá aos seguintes princípios:

I - gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos das respectivas fases dos recursos;

II - adoção do território da municipalidade como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;

III - reconhecimento dos recursos naturais como

bens públicos, de valor econômico, cuja utilização em qualquer forma deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e demais peculiaridades;

IV - rateio dos custos das obras de aproveitamento de múltiplo interesse comum ou coletivo, entre os beneficiários;

V - combate imediato e efetivo, bem como medidas de prevenção e dos efeitos adversos de qualquer atividade ou ato comissivo ou omissivo ao desequilíbrio ambiental;

VI - compensação dos municípios por obras, projetos ou quaisquer formas de interferências nos recursos naturais e/ou por restrições impostas por leis de proteção aos Recursos Naturais;

VII - compatibilização do gerenciamento dos recursos naturais com o desenvolvimento regional e com a proteção ao meio ambiente.

**SEÇÃO II**

Das Diretrizes da Política

Art. 4º - O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, assegurará meios financeiros e institucionais para atendimento ao disposto nas normas gerais da Carta Magna e principalmente em atendimento ao disposto nos artigos 207 a 209 da Constituição do Estado do Paraná e especialmente para:

I - utilização racional e preservativa dos recursos naturais superficiais e subterrâneos, assegurado a destinação prioritária à toda coletividade;

II - maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos naturais;

III - proteção dos recursos naturais contra ações e/ou omissões que possam comprometer à sua utilização atual e futura;

IV - desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção aos recursos naturais contra quaisquer agentes.

Art. 5º - Os municípios que sofrerem quaisquer impactos ou restrições por fora da instituição pelo Estado de leis de proteção aos recursos naturais, de área de proteção ambiental ou outros espaços territoriais especialmente protegidos, terão programas de desenvolvimento promovidos pelo Estado, bem como o pagamento proporcional pela perda e/ou restrição.

§ 1º - Os programas de desenvolvimento serão formulados e vincular-se-ão ao desenvolvimento regional integrado e a proteção ao meio ambiente.

§ 2º - O produto da participação ou a compensação financeira do Estado, no resultado da exploração dos recursos naturais, no território da municipalidade, será aplicado prioritariamente nos programas mencionados no "caput", sob a porcentagem e condições específicas estabelecidas em lei própria e em regulamentos.

§ 3º - O Estado promoverá a formação de consórcios entre os municípios tendo em vista a realização de programas de desenvolvimento e de proteção ambiental de âmbito regional.

Art. 6º - O Estado promoverá ações integradas junto aos pólos de recursos naturais exploráveis, tendo-se em vista a preservação do meio ambiente.

Art. 7º - O Estado realizará programas conjuntos com os municípios, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e econômico-financeira, com vistas à:

I - instituição de áreas de proteção e conservação dos recursos naturais;

- II - implantação, conservação e recuperação das áreas de proteção permanente e obrigatória;
- III - implantação de sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos danosos;
- IV - racionalização do uso dos recursos naturais priorizando o atendimento à sociedade.

Art. 8º - O Estado, observados os dispositivos constitucionais relativos à matéria, articulará com a União, outros Estados vizinhos e municípios, atuação para aproveitamento e controle dos recursos naturais em seu território, inclusive para geração de todas as espécies de energia, levando em conta principalmente:

- I - a utilização múltipla dos recursos naturais, especialmente para fins sociais;
- II - a preservação do meio ambiente.

## CAPÍTULO II

### Dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Naturais

#### SEÇÃO I

##### Da Outorga de Direitos de Usos dos Recursos Naturais

Art. 9º - A implantação de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos naturais, a execução de obras ou serviços que o alterem de qualquer forma, qualidade ou quantidade, dependerá de prévia manifestação, autorização ou licença dos órgãos competentes.

Art. 10 - Dependerá de cadastramento e da outorga do direito de uso a derivação do recurso natural, obedecida a legislação federal e estadual, pertinentes e atendidos critérios e normas estabelecidas no regulamento.

**Parágrafo Único** - O regulamento estabelecerá diretrizes quanto aos prazos para cadastramento e outorga mencionados no "caput" deste artigo.

#### SEÇÃO II

##### Das Infrações e Penalidades

Art. 11 - Constitui infração às normas de utilização de recursos naturais:

I - derivar ou utilizar os recursos naturais para qualquer finalidade sem a respectiva outorga de direito de uso;

II - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou utilização de recursos naturais que implique em quaisquer espécies de alterações, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;

III - deixar expirar o prazo de validade das outorgas sem solicitar a devida prorrogação ou revalidação;

IV - utilizar-se de recursos naturais ou executar obras ou serviços relacionados com o mesmo em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;

V - infringir normas estabelecidas no regimento desta lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos e entidades competentes.

Art. 12 - Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços, derivação ou utilização de recursos naturais de domínio ou administração do Estado do Paraná a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independente da sua ordem de enumeração:

- I - advertência por escrito o qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

II - multa diária, proporcional à gravidade da atuação, de 10 a 100 vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, ou qualquer outro título público que o substituir mediante conservação de valores;

III - intervenção administrativa por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições da outorga ou para o cumprimento das normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos naturais;

IV - embargo definitivo com revogação da outorga, se for o caso, para repor "in continent" no seu antigo estado, os recursos naturais.

§ 1º - No caso dos incisos III e IV independente da pena de multa serão cobrados do infrator as despesas em que incorrer a administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 2º - Sempre que a infração cometida resultar em prejuízo a serviço público, riscos à saúde, perecimento de bens e animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

§ 3º - Das sanções acima caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento desta lei.

§ 4º - Serão fatores atenuantes em qualquer circunstâncias, na aplicação das penalidades:

1 - A ausência de má-fé;

2 - a caracterização de infração em pequena monta e importância secundária.

Art. 13 - As infrações às disposições desta lei e das normas dela decorrentes serão, a critério da autoridade impositora, classificadas em leves, graves ou gravíssimas, levando em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 14 - Em caso de reincidência, a multa será aplicada pelo valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta.

## CAPÍTULO III

### Do Plano Estadual de Recursos Naturais

Art. 15 - O Estado instituirá, por lei, com atualizações periódicas, O Plano Estadual de Recursos Naturais, tomando por base os planos das municipalidades, nas normas relativas à proteção do meio ambiente, as diretrizes do planejamento e gerenciamento ambientais e conterá entre outros, os seguintes elementos:

I - objetivos e diretrizes gerais, em nível estadual e inter-regional, definidos mediante processo de planejamento interativo que considere outros planos gerais, regionais e setoriais, devidamente compatibilizado com as propostas de recuperação, proteção e conservação de recursos naturais do Estado.

II - diretrizes e critérios gerais para o gerenciamento de recursos naturais.

III - diretrizes e critérios para a participação financeira no fomento aos programas regionais relativos aos recursos naturais, quando couber, definidos mediante articulação técnica financeira e institucional com a União, Estados vizinhos e entidades nacionais e internacionais de cooperação.

IV - programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial de valorização profissional e da comunicação social, no campo dos recursos naturais.

Art. 16 - Os planos municipais conterão entre outros, os seguintes elementos:



Curitiba, terça, em 20.10.96

I - diretrizes gerais a nível regional, capazes de orientar os planos diretores, notadamente nos setores de crescimento urbano, localização industrial, proteção dos mananciais, exploração mineral, irrigação, saneamento, desmatamento, segundo as necessidades de recuperação, proteção e conservação de recursos naturais, traduzidos em:

- a) planos de utilização prioritária dos recursos naturais,
- b) programas anuais e plurianuais de recuperação, proteção, utilização e conservação dos recursos naturais do município correspondente, inclusive com especificações dos recursos financeiros necessários.
- c) programas de desenvolvimento regionais integrados a que se refere o artigo quinto desta lei.

III - programas de âmbito regional, relativos ao artigo 16 desta lei, ajustados às condições e peculiaridades do respectivo município.

Art. 17 - O plano do Estado do Paraná de Recursos Naturais será aprovado por lei cujo projeto será encaminhado à Assembléia Legislativa.

**Parágrafo Único** - as diretrizes e necessidades financeiras para elaboração e implantação do Plano Estadual de Recursos Naturais deverão constar das leis sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado.

Art. 18 - Para avaliação da eficácia do Plano Estadual de Recursos Naturais e dos Planos Municipais, o Poder Executivo fará publicar relatório anual sobre a "Situação dos Recursos Naturais no Estado do Paraná" e os relatórios sobre a "Situação dos Recursos Naturais dos Municípios" objetivando dar transparência à administração pública e aos subsídios às ações dos Poderes Executivo e Legislativo de âmbito municipal, estadual e federal.

§ 1º - Os relatórios mencionados no "caput" deverão conter no mínimo:

- I - a avaliação da disponibilidade dos recursos naturais.
- II - o balanço entre a disponibilidade e a demanda.
- III - a avaliação do cumprimento dos programas previstos pelos municípios.
- IV - a proposição de eventuais ajustes dos programas, cronogramas de outros serviços e das necessidades financeiras previstas nos vários planos.
- V - as decisões tomadas pelo Conselho Estadual de Recursos Naturais e pelos respectivos Comitês dos Municípios.

§ 2º - Os referidos relatórios deverão ter conteúdo compatível com a finalidade e com os elementos que caracterizam os planos de recursos naturais.

§ 3º - Os relatórios previstos no "caput" desse artigo consolidarão os eventuais ajustes aos planos decididos pelos Comitês dos Municípios e pelo Conselho Estadual de Recursos Naturais.

§ 4º - O regulamento desta lei e prazos para aprovação dos relatórios definidos no "caput" desse artigo.

Art. 19 - Constará do Plano Estadual de Recursos Naturais o mapeamento dos municípios e suas características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos naturais.

**Parágrafo Único** - O Plano Estadual de Recursos Naturais e seus regulamentos devem propiciar a compatibilização, consolidação e integração dos planos, programas, normas, e procedimentos técnicos e administrativos a serem formulados ou adotados no processo de gerenciamento descentralizado dos recursos naturais, segundo os municípios.

## TÍTULO II

Da Política do Estado do Paraná de Gerenciamento de Recursos Naturais

## CAPÍTULO I

Do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Naturais

SEÇÃO I  
Dos Objetivos

Art. 20 - O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Naturais do Estado do Paraná, visa a execução da Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais e a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Naturais, congregando órgãos estaduais, municipais e a sociedade civil.

SEÇÃO II  
Dos Órgãos de Coordenação e de Integração Participativa

Art. 21 - Ficam criados como órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, de nível estratégico, com composição, organização, competência e funcionamento definido em regulamento desta lei, os seguintes:

I - Conselho Estadual de Recursos Naturais, de nível central.

II - Comitês de Municípios, com atuação nos municípios.

Art. 22 - O Conselho Estadual de Recursos Naturais assegurada a participação partidária dos municípios em relação ao Estado, será composto por:

I - Secretários de Estado, ou seus representantes, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos naturais e proteção ao meio ambiente, o planejamento estratégico e à gestão financeira do Estado.

II - Representantes dos municípios, eleitos entre os seus Pares.

§ 1º - O Conselho será presidido por um Secretário de Estado em cujo âmbito se dá a outorga do direito de uso dos recursos naturais, diretamente ou por meio de entidade ou fundação a ela vinculada.

§ 2º - Integrarão este Conselho Estadual, na forma como dispuser o regulamento desta lei, representantes de universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa, do Ministério Público e da sociedade civil organizada.

Art. 23 - Os Comitês dos Municípios, serão compostos por:

I - representantes da Secretaria do Estado ou de órgão ou entidade de administração direta e indireta, cuja atividade se relacionem com o gerenciamento e o uso de recursos naturais, proteção ao meio ambiente, planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, com atuação no município correspondente.

II - representantes dos municípios do respectivo gerenciamento.

III - representantes das entidades de sociedades civis, sediadas no município, respeitados o limite máximo de um terço do número total de votos por:

a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

b) usuários do recurso natural, representados por entidades associativas.

c) associação especializada em recursos naturais, entidades de classe e associações comunitárias e outras associações não governamentais.

§ 1º - Os Comitês de Municípios serão presididos

por um dos seus membros, eleitos por seus Pares.

§ 2º - As reuniões dos Comitês dos Municípios serão escolhidos em reunião plenária dos representantes.

§ 4º - Terão direito à voz nas reuniões dos Comitês dos Municípios, representantes credenciados pelos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

§ 5º - Os Comitês Municipais de Recursos Naturais poderão criar Câmaras Técnicas de caráter consultivo para o tratamento de questões específicas de interesse para o gerenciamento dos recursos naturais.

Art. 24 - Compete ao Conselho Estadual de Recursos Naturais, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - discutir, aprovar propostas de projetos de lei referente ao Plano do Estado do Paraná de Recursos Naturais, assim como as que devam ser incluídas nos projetos de lei sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado.

II - aprovar o relatório sobre a "Situação dos Recursos Naturais no Estado do Paraná".

III - exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais.

IV - estabelecer critérios e normas relativas ao rateio, entre os beneficiados, dos custos das obras do uso múltiplo dos recursos naturais e de interesse comum e/ou coletivo.

V - estabelecer diretrizes para a formulação de programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Naturais.

VI - decidir, originariamente, os conflitos entre os Comitês dos Municípios, com recurso ao chefe do Poder Executivo, em último grau, conforme dispuser o regulamento.

Art. 25 - Aos Comitês dos Municípios de Recursos Naturais, órgãos consultivo e deliberativo de nível regional, competem:

I - aprovar a proposta dos municípios para integrar o Plano do Estado do Paraná de Recursos Naturais e suas atualizações.

II - aprovar a proposta de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos naturais.

III - aprovar o plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos naturais do município.

IV - promover entendimento, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos recursos naturais.

V - promover estudos, divulgação e debates, dos programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade.

VI - apreciar até 20 de agosto de cada ano, relatório sobre "Situações dos Recursos Naturais nos Municípios".

Art. 26 - O Conselho Estadual de Recursos Naturais e os Comitês dos Municípios, contarão com o apoio do Comitê Coordenador Pleno Estadual dos Recursos Naturais, que terá dentre outras atribuições:

I - coordenação e elaboração periódica do Plano do Estado do Paraná de Recursos Naturais, incorporando as propostas dos Comitês dos Municípios e submetendo-as ao Conselho Estadual de Recursos Naturais;

II - coordenar a elaboração de relatórios anuais sobre a situação dos recursos naturais do Estado do Paraná, de forma discriminada por município;

III - promover a articulação entre os componentes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Naturais com os demais sistemas do Estado, com o setor privado e a sociedade civil.

IV - promover a articulação com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Naturais, com os Estados vizinhos e com os municípios.

Art. 27 - O Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Naturais terá organização estabelecida em regulamento, devendo contar com apoio técnico, jurídico e administrativo dos órgãos e entidades estaduais, com cessão de funcionários, servidores e instalações.

§ 1º - Aos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Estado, responsáveis pelo gerenciamento dos Recursos Naturais no que se refere aos aspectos de quantidade e de qualidade caberá à direção executiva dos estudos técnicos concernentes à elaboração do Plano Estadual de Recursos Naturais, constituindo-se nas entidades básicas do Conselho para o apoio administrativo, técnico e jurídico.

§ 2º - Para a hipótese de consecução de recursos financeiros, os órgãos e entidades referidos no parágrafo primeiro, poderão atuar sob a forma de consórcio ou convênio, responsabilizando-se solidariamente em face de terceiros.

§ 3º - O apoio do Conselho Estadual de Recursos Naturais aos Comitês de Município, será exercido de forma descentralizada.

Art. 28 - Nos municípios onde os problemas relacionados aos recursos naturais assim o justificarem, por decisão do respectivo Comitê do Município, poderá ser criada uma Entidade Jurídica, com estrutura administrativa e financeira própria, denominada Agência de Município.

§ 1º - A Agência de Município exercerá as funções de secretaria executiva do Comitê do Município, e terá as seguintes atribuições:

I - elaborar periodicamente o plano de município, submetendo-o ao Comitê do Município, encaminhando-o, posteriormente, ao Conselho, com proposta da Integra ao Plano do Estado do Paraná de Recursos Naturais;

II - elaborar relatórios anuais sobre a "Situação dos Recursos Naturais dos Municípios", submetendo-os ao Comitê do Município, encaminhando, posteriormente, ao Conselho, com proposta da Integra ao Plano do Estado do Paraná de Recursos Naturais;

III - gerenciar os recursos financeiros, pertinentes ao Município gerados pela cobrança do uso do recurso natural, ouvido o Conselho Estadual de Recursos Humanos;

IV - promover ao Município, articulação entre os componentes do sistema Integrado de Recursos Naturais com outros sistemas do Estado, com o setor produtivo e com a sociedade civil.

§ 2º - As agências de Municípios tão-somente serão criadas a partir do início da cobrança pelo uso dos recursos naturais e terão sua vinculação ao Estado e organização administrativa, além de sua personalidade jurídica, disciplinadas na lei que autorizar sua criação.

### SESSÃO III

Dos Órgãos de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Naturais de Licenciamento de Atividades Agressoras ao Meio Ambiente e Demais Órgãos Estaduais Participantes.

Art. 29 - Aos órgãos de administração direta ou indireta do Estado do Paraná, responsáveis pelo gerenciamento dos recursos naturais no que se refere aos aspectos de quantidade e qualidade, caberá o exercício das atribuições relativas à outorga do direito de uso e de fiscalização do cumprimento da legislação de uso, de con-

trole, proteção e conservação dos recursos naturais, assim como o licenciamento das atividades potencialmente agressoras ao meio ambiente e a fiscalização do cumprimento da legislação de controle de poluição ambiental.

§ 1º - A execução das atividades a que se refere este artigo deverá ser feita de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual dos Recursos Naturais e mediante compatibilização e integração dos procedimentos técnicos administrativos dos órgãos e entidades intervenientes.

§ 2º - Os demais órgãos da Administração direta ou indireta do Estado do Paraná integrarão o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Naturais, exercendo as atribuições que lhe são determinadas por lei e participação da elaboração e implantação dos planos e programas relacionados com as suas respectivas áreas de atuação.

## CAPÍTULO II Dos Diversos Tipos de Participação

### SEÇÃO I Da Participação dos Municípios

Art. 30 - O Estado incentivará a formação de consórcios intermunicipais, nos quais o gerenciamento de recursos naturais deverá ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais e estabelecerá convênios de mútua cooperação e assistência com os mesmos.

Art. 31 - O Estado poderá delegar aos municípios que se organizarem técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos naturais de interesse exclusivamente local.

Parágrafo Único - O regulamento desta lei estipulará as condições gerais que deverão ser observadas pelos convênios entre Estados e Municípios, tendo como objetivo a delegação acima, cabendo ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Naturais, autorizar a celebração dos mesmos.

### SEÇÃO II Da Associação de Usuários dos Recursos Naturais

Art. 32 - O Estado incentivará a organização e o funcionamento de associações de usuários como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos naturais e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços, com direitos e obrigações a serem definidos em regulamento.

### SEÇÃO III Da Participação das Universidades, das Instituições de Ensino Superior e de Ensino de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Art. 33 - Mediante acordos, convênios ou contratos, os órgãos ou entidades do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Naturais contarão com o apoio e cooperação de universidades, instituições de ensino superior e entidades especializadas em pesquisa, desenvolvimento tecnológico público e capacitação de recursos humanos no campo de recursos naturais.

## CAPÍTULO III Do Fundo Estadual de Recursos Naturais

### SEÇÃO I Da Gestão do Fundo

Art. 34 - O Fundo Estadual de Recursos Naturais,

criado para dar suporte financeiro à Política do Estado do Paraná de Recursos Naturais, e das ações correspondentes, reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta lei e em seu regulamento.

§ 1º - A supervisão do Fundo Estadual de Recursos Naturais, será feita por um Conselho de Orientação, composto por membros indicados entre os componentes do Conselho Estadual de Recursos Naturais, observada a propriedade entre o Estado e o Município, que se articulará com o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Naturais.

§ 2º - O Fundo Estadual será administrado quanto ao aspecto financeiro, por instituição oficial do sistema de crédito.

## SEÇÃO II Dos Recursos do Fundo

Art. 35 - Constituirão recursos do Fundo Estadual de Recursos Naturais:

I - recursos do Estado e dos Municípios a eles destinados por disposição legal;

II - transferência da União ou dos Estados vizinhos destinados à execução de planos e programas de recursos naturais de interesse comum;

III - compensação financeira que o Estado receber em decorrência dos aproveitamentos dos recursos naturais em seu território;

IV - parte da compensação financeira que o Estado receber pela exploração de petróleo, gás natural, e recursos minerais em seu território, definida pelo Conselho Estadual de Geologia e Recursos Minerais, para a aplicação exclusiva em estudos e programas e em outros recursos naturais;

V - resultado pela cobrança pela utilização de recursos naturais;

VI - empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional de acordos intergovernamentais;

VII - retorno das operações de crédito contratadas, com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, consórcios intermunicipais, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas;

VIII - produto de operações de crédito e as rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

IX - resultados de solicitações de multas cobradas dos infratores a esta legislação;

X - recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo;

XI - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e recursos eventuais.

Parágrafo Único - Serão dispendidos até 25% dos recursos dos Fundos Estaduais de Recursos Naturais, com despesas de custeio pessoal, destinando-se o restante, obrigatoriamente, para efetiva elaboração de projetos e execução de obras e serviços do Plano Estadual de Recursos Naturais.

## SEÇÃO III Das Aplicações do Fundo

Art. 36 - A aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Naturais, deverá ser orientada pelo Plano Estadual de Recursos Naturais, devidamente compatibilizado com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Orçamento anual do Estado, observando-se:

I - os planos anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros seguirão as diretrizes e atenderão os objetivos do Plano Estadual de Recursos Naturais e os objetivos e metas dos planos e programas estabelecidos por municípios;

II - o produto decorrente da cobrança pela utilização dos recursos naturais será aplicado em serviços e obras de interesse comum previsto no Plano Estadual de Recursos Naturais, observando-se:

a) prioridade para os serviços e obras de interesse comum a serem executados no mesmo município em que forem arrecadados;

b) até 40% do valor arrecadado em um município poderá ser aplicado em outro desde que esta aplicação beneficie o município onde feita a arrecadação e haja aprovação pelo Comitê do município respectivo.

III - os planos e programas aprovados pelo Comitê dos Municípios, a serem executados com os recursos obtidos pela cobrança pela utilização dos recursos naturais nos respectivos municípios, terão caráter vinculante para a aplicação destes recursos;

IV - preferencialmente, aplicações do Fundo Estadual serão feitas na modalidade de empréstimos;

V - poderão ser estipulados à conta dos recursos do Fundo Estadual a formação e o aperfeiçoamento de quadro de pessoal em gerenciamento de recursos naturais.

§ 1º - Para atendimento do estabelecido nos incisos II e III deste artigo, o Fundo será organizado em sub-contas que permitirão a gestão autônoma dos recursos financeiros pertinentes à cada município.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 37 - O regulamento desta lei será editado no prazo de 01 (um) ano.

Art. 38 - Os Comitês de Gerenciamento dos Municípios serão criados por Decreto no prazo de 01 (um) ano, contados da sanção desta Lei.

Art. 39 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) NEIVO BERALDINI

#### PROJETO DE LEI Nº 476/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Juizes de Direito e Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA.

A AJDPJMEP, é uma associação civil sendo órgão de representação dos Juizes e Promotores de Justiça de Menores, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede no Município de Curitiba.

São objetivos da AJDPJMEP, promover a integração dos Juizes e Promotores de Justiça e técnicos que atuam na área de atendimento ao menor; promover o desenvolvimento de projetos técnicos e culturais que visem dar subsídios aos associados para o desempenho de suas funções; oferecer às autoridades constituídas assessoria técnica na área específica do menor; promo-

ver o intercâmbio técnico-cultural entre os associados, possibilitando uma troca de experiências, objetivando buscar uma possível uniformização de procedimentos; assegurar a defesa e a difusão dos princípios consagrados em Genebra pela "Declaração dos Direitos da Criança", filiar-se à Associação Brasileira de Juizes e Curadores de Menores, assim como, se possível for, as associações internacionais similares; promover, pelos meios de comunicação, campanhas previamente planejadas e racionalizadas, objetivando a conscientização comunitária quanto à problemática do menor.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

#### PROJETO DE LEI Nº 477/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instalar laboratório fotográfico em todas as Delegacias Especializadas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposição visa atender às Delegacias especializadas que necessitam recorrer a terceiros, prejudicando o bom andamento até das mais elementares investigações.

Os laboratórios fotográficos instalados nas Delegacias garantirá a celeridade na realização das investigações, possibilitando melhores condições para que a Justiça se realize.

#### PROJETO DE LEI Nº 478/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica, o Poder Executivo, autorizado a instituir uma gratificação Especial correspondente a 50 % (cinquenta por cento) dos vencimentos aos Servidores que prestam atendimento aos portadores de paralisia cerebral e/ou múltiplas deficiências, lotados no CENTRO REGIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO DEFICIENTE - CRAID.

Parágrafo Unico - O Servidor lotado no CRAID terá incorporado aos seus proventos de aposentadoria a gratificação especial de que trata o Artigo Primeiro da presente Lei, se houver exercido atividade nele prevista por um período não inferior a 5 anos consecutivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, órgão da SESA/SEP, foi criado em fins de 1.986, através de convênio firmado entre a SESA/FSCMR (hoje ISEP) e INAMPS, e tem como base padrão uma equipe multiprofissional, que propicia um atendimento altamente especializado, o qual é realizado diariamente e em tempo integral a uma camada da população até então desassistida.

Atualmente é um centro de referência estadual, nacional e, inclusive, internacional, para o atendimento aos pacientes, sejam crianças, jovens e adultos, portadores

de Paralisia Cerebral e múltiplas deficiências das mais diferentes etiologias, que para receberem um diagnóstico conclusivo, tem que obrigatoriamente realizar através do contrato direto com os servidores, triagem, avaliação, diagnóstico, reuniões clínicas, estudo do caso e possíveis encaminhamentos, onde é decidido a melhor atitude a ser adotada, que venha a beneficiar a Família e a Instituição.

O CRAID - como Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, atende prioritariamente os pacientes portadores de Paralisia Cerebral, na faixa etária de 0 a 19 anos, e os pacientes portadores de Deficiência Visual - Visão Subnormal, na faixa etária de 03 a 82 anos, com finalidade precípua de tentar habilitar e reabilitar o potencial desses pacientes para a vida social, profissional e/ou mesmo produtiva.

Para o atendimento aos pacientes (portadores de Paralisia Cerebral e/ou múltiplas deficiências), predispõe o servidor lotado no CRAID a apresentar alterações gerais ou específicas, caso não se ofereçam condições no mínimo adequadas, para que o mesmo mantenha sua estrutura global, para manter o padrão de qualidade de atendimento, dentro dos níveis esperados, por exemplo: condições de trabalho, emocionais, financeiras, lazer, etc.

Por outro lado, o presente plano de lei, visa dar equidade de tratamento no que se refere a remuneração do servidor público do Estado do Paraná que presta serviços no CRAID, pois, os Professores da Rede Estadual de Ensino que prestam atividades de educação ou reabilitação de excepcionais no CRAID, já percebem referida gratificação correspondente a 505 (cinquenta por cento) dos seus vencimentos, por força do artigo 75 da Lei Complementar nº 07 de 22 de dezembro de 1976, (xerox anexo), referendado pelo Decreto nº 6146 de 22.02.86 do Governador do Estado (xerocópia anexa).

A aprovação deste plano de lei, beneficiará hoje, apenas 46 funcionários atualmente lotados no CRAID, servidores estes, com dedicação exclusiva no atendimento direto aos portadores de deficiências.

Temos certeza do acolhimento e a aprovação deste Projeto de Lei por esta Casa Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)** - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.  
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Trevisan.

**O SR. EDUARDO TREVISAN** - Meus caros companheiros Deputados, Senhor Presidente. O que me traz aqui é uma preocupação com alguns comportamentos do Governo do Estado e que têm trazido sérios transtornos, não só a nós Deputados, como também à população do Estado do Paraná.

Especificamente gostaria de falar sobre o Programa "Caminhos da Educação". Todos os Deputados devem ter bastante intimidade, porque esse foi um Programa que o Governo do Estado lançou, anunciou e disse que iria pavimentar só neste ano mil quilômetros de estradas rurais, distribuídas assim em vários municípios do Estado do Paraná.

Tive a felicidade de poder, dialogando com o Governo do Estado, com o Secretário dos Transportes, ter priorizado para a minha região alguns trechos. E dentre os vários trechos, quatro, de forma muito especial me interessavam, que eram trechos da Cidade de Cornélio Procopio, de Bandeirantes, de Leopoldina e Nova Fátima, cidades aonde tenho uma atuação eleitoral, acompanho a vida desses municípios. E acompanhando a execução do Programa, via pela Televisão a propaganda do Programa "Caminhos da Educação". E a propaganda dizia o

seguinte: "agora, o homem do campo do Estado do Paraná, não vai mais precisar pisar na terra, ele terá asfalto para atender a sua família ao transporte da safra, ao transporte de estudantes.

E o povo da minha cidade também via essa propaganda e se entusiasmava na expectativa de em breve, ter todos os seus problemas resolvidos. E esses trechos, dessas estradas rurais eles foram priorizados, o Projeto foi feito, as obras foram licitadas e de fato as obras começaram, mas vejamos como começaram e vejamos o problema que estamos vivendo. Esse trecho de Cornélio Procopio, Estrada do Jerusalem, é um trecho de 10 quilômetros, um trecho relativamente pequeno, era um trecho aonde eu, como Prefeito, havia feito a readequação e o cascalhamento dessa estrada, a estrada estava em perfeito estado de transporte, a população se beneficiava da obra de readequação e cascalhamento que lá havia sido feita, era uma estrada transitável, era uma estrada que poderia chover e ainda assim havia transporte de estudantes e transporte da safra sem nenhum problema.

É evidente, que quando foi anunciada a pavimentação da estrada, a população ficou muito mais satisfeita, muito mais feliz, porque não só teria uma estrada cascalhada, teria sim uma estrada pavimentada. E o DER se adiantando à obra que já havia sido licitada em março desse ano, o DER foi e tirou todo o cascalho, foi e preparou o leito da estrada para receber a pavimentação asfáltica, mas isso foi em junho ou em julho que foi feito esse trabalho. E de lá para cá tudo ficou parado. E qual é a realidade de hoje? A estrada está intransitável, não se pode mais utilizar aquela estrada para nada, não passa carro, caminhão, transporte de safra, nada, nada, só passa trator.

E eu que vivo lá na cidade, participei da campanha, tive uma atuação intensa, a população vinha cobrar de mim, dizendo o seguinte: "Eduardo, antes de se iniciar essa pavimentação nós nos beneficiávamos da estrada porque ela era cascalhada, era uma estrada boa, agora foi anunciada a pavimentação, a pavimentação não sai, e hoje, depois desse trabalho do DER, a estrada está intransitável. Então o que quero chamar a atenção de todos os Deputados aqui presentes, Senhor Presidente, caríssimos Deputados, a realidade desse programa "caminho da educação". O Governo do Estado do Paraná, tem que atentar para esses problemas que surgiram, e isso não foi só em Cornélio Procopio, porque além de Cornélio Procopio tenho notícias de mais alguns municípios do Estado do Paraná, estarem vivendo a mesma realidade problemática. O programa "Caminhos da Educação" ele não decolou.

Quero que alguns Deputados me digam aonde é que eles sabem de algum trecho que foi feito, salvo Guapuva, salvo Arapongas. Não conheço nenhuma outra cidade que se beneficiou. Agora, nós Deputados somos muito cobrados. Eu em Cornélio Procopio na minha região, sou cobrado como Deputado fraco, porque nenhuma das obras que foram previstas elas tiveram consequência. As obras previstas, inclusive as já ali citadas e anunciadas, estão todas paralisadas. Mas o programa, a propaganda da televisão, ela é muito forte. Porque a propaganda ela é veiculada como se o Paraná tivesse todo sido pavimentado. Eu que represento, lá no Norte são 21 Municípios, não há nenhuma obra de pavimentação de estrada rural sendo executada, está tudo parado. Então vivemos um problema como homens públicos, porque a comunidade nos cobra. E diz: Deputado, o senhor vem e diz que vai trazer. O Governo do Estado está anunciando na televisão que está fazendo em todo o Estado do Paraná. E aqui em Cornélio, Bandeirantes, isso está parado, como isso pode Deputado!

Então o Estado do Paraná, tem que ter cuidado



com a maneira que ele veicula os seus programas. E de maneira muito emergencial tem que se fazer um levantamento da realidade desse programa "Caminhos da Educação", tem que se chegar à conclusão de que dos 1.000 quilômetros previstos para esse ano de 96, se foi executado 30 quilômetros é muito e tenho notícias que mais nada vai ser feito até o final do ano. Agora, essas estradas, que pelo menos onde foi feito a terraplanagem, onde existia a estrada cascalhada e foi tirado o cascalho da estrada, pelo menos essas o Governo do Estado tem que de maneira muito emergencial, priorizar os recursos e executar as obras. Porque as comunidades que a princípio se imaginavam beneficiárias de um bellissimo programa já vêem há meses sofrendo a dura realidade de nem mais terem sequer a estrada cascalhada, porque ela já foi destruída, como preparação do programa de pavimentação. Mas o programa de pavimentação ficou parado e hoje eles não têm nem uma coisa e nem outra. Essa é uma realidade triste. O governo do Estado tem que se preocupar com isso, e de maneira rápida. Ou tira a propaganda da televisão, ou executa emergencialmente as estradas que já foram licitadas e já foi feita a terraplanagem sob pena de sofrermos um desgaste muito grande nas nossas regiões, e essas propagandas comecem a cair no descrédito da população.

Obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA (Pela Ordem) - Tomo a palavra pela ordem para anunciar para comunicar a presença nesse recinto do Prefeito eleito de 1º de maio Senhor Paulo Todra, juntamente com o seu vice Senhor João Reis, e o Vereador Jerobal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotada a manifestação do Ilustre Deputado e associada pela Mesa Executiva que os ilustres visitantes sintam-se em Casa aqui em nosso convívio. Conto a Liderança do PDT se fará uso do seu horário. (Declina)

Concedo a palavra ao Ilustre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, por algumas vezes subi à Tribuna, para cobrar do Tribunal de Justiça do Estado, algumas providências que julgava imprescindíveis em relação a descentralização do aparelho judiciário do Estado. Muitas dessas vezes percebi no semblante dos meus colegas Parlamentares a total compreensão e manifestação de apoio para esses apelos que daqui fazia. Isto não foi só nesta legislatura e nem na legislatura passada; eu venho aqui desta Tribuna desde o momento que me elegi Deputado pela primeira vez. Tenho vindo aqui para cobrar do Poder, seja ele Executivo ou Judiciário, respostas objetivas para as necessidades da nossa população. Mas, quando depois de muita luta, muita cobrança, o chefe do Poder, no caso específico o chefe do Poder Judiciário atende essas nossas cobranças, esses nossos apelos, acho que, no mínimo que tenho que fazer é subir também à Tribuna e fazer um agradecimento. Porque senão seria muito mal. O Deputado sobe, uma, duas, três, dez vezes na Tribuna para cobrar uma resposta à um pleito da população da sua região, e depois, esse pleito é atendido e o Deputado, simplesmente, deixa de fazer o registro do atendimento, e conseqüentemente, ele deixa de fazer aquilo que é, talvez, inerente a própria pessoa humana, que é o gesto do agradecimento ou do reconhecimento.

Então, estou vindo aqui hoje, para fazer um agradecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ao Colégio de Desembargadores que compõem o

chamado Órgão Especial e também a esta Casa, desde o Senhor Presidente até o Plenário, porque sem o apoio desta Casa nada disso do que vou falar aqui agora, nada disso do que pretendo registrar aqui agora teria acontecido.

Depois de amanhã, dia trinta e um, na parte da manhã, o Presidente do Tribunal de Justiça instala em

Londrina, finalmente, a Vara de Execuções Penais. Esta eu reivindico desde o tempo em que fui Delegado de Londrina há mais de vinte anos atrás.

Vejam Senhores, depois de quanto tempo conseguimos convencer o Poder Judiciário da necessidade de se levar para o interior do Estado, para a segunda maior cidade do Estado, uma Vara de Execuções Penais. Isto vai acontecer na próxima quinta-feira. E o que isto representa? Representa a independência da Região de Londrina em relação a Capital que, até hoje só dispomos de apenas duas únicas Varas na Capital do Estado. Elas nem dão conta do volume de serviços a elas subordinadas aqui na Capital e nem resolvem o problema da população prisional que está situada no interior do Estado. Londrina será a primeira cidade do interior a receber a Vara de Execuções Penais. Na seqüência Maringá. Por que Londrina e Maringá? Porque no Governo de Roberto Requião, quando era o seu Secretário de Justiça implantamos um programa de interiorização dos presídios e de humanização dos presídios. E, foi a partir deste programa de interiorização, que pudemos construir em prazos recordes uma penitenciária em Londrina, que serviu de modelo para o Ministério da Justiça. E, na seqüência deixamos uma outra praticamente concluída na Cidade de Maringá, que o Governador Jaime Lerner num gesto de extrema sensibilidade a concluiu. Então, Londrina e Maringá serão as duas primeiras cidades a serem contempladas com este extraordinário benefício, que é um benefício em favor da pobreza, porque quem está ocupando as prisões do Paraná são somente pessoas pobres e que necessitam mais do que ninguém de uma Justiça mais ágil, mais célebre e mais próxima de sua família.

Na seqüência, deve ser instalada, porque esta Casa criou em Foz do Iguaçu, em Cascavel, em Ponta Grossa. Mas, também, na próxima 5ª feira, Londrina, não vai receber apenas esta Vara de Execução Penal, que vai agilizar e democratizar, a Política de Execução da Pena no nosso Estado. Vai levar tranqüilidade, segurança, à população da cidade, da região, que vai ter no Poder Judiciário, do interior do Estado, uma ação mais ágil e uma resposta mais objetiva, para os dramas que vivem os milhares de presos, que vivem recolhidos nas prisões do interior do Estado.

Vamos também, instalar na 5ª feira, uma Vara da Infância e da Juventude, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em todo o País, passou a ser necessidade, formal, do aparelho judiciário, a instalação de Varas Especializadas, em problemas relacionados com a Infância e com a Adolescência. E passem Senhores! Estamos encerrando o ano de 96, e somente agora que a segunda cidade do Estado do Paraná, vai receber uma Vara Especializada, em assuntos da Infância e da Adolescência.

Mas, ainda bem que está recebendo, é exatamente, por isso, que subimos aqui para fazer o Registro. Até agora, um Juiz acumulava uma série de escriturarias, inclusive, a da Infância e da Adolescência. E todos sabemos, que os problemas relacionados com o menor infrator, com o menor de rua, o menino de rua, são problemas lamentavelmente emergentes, que nos preocupam a cada dia que passa. Aí a importância de uma Cidade como Londrina, ter uma Vara Especializada, ter um instrumento ágil de agilização ao processo, não só relativo, ao menor

intrator, mas principalmente a todos aqueles processos relativos a a questão do menor. Principalmente, em se tratando da questão do menor abandonado, em se tratando da questão da adoção.

Por fim, vamos instalar também, na 5ª feira, um terceiro e importante avanço na cidade de Londrina, que são cinco Juizados Especiais. Esses Juizados nasceram a partir da Constituição de 88, aonde tive a oportunidade de deixar a minha contribuição. E de lá para cá, os Estados tiveram que fazer uma adaptação ao que dizia a Constituição Federal e uma Lei Federal que veio em seguida, regulamentando esses dispositivos constitucionais. Esta Casa depois de ampla discussão, depois de exaustivas discussões. Acolhendo, aqui, Projetos do Poder Judiciário, acabou por aprovar este importante Projeto, que cria no Paraná os Juizados Especiais. E começa no interior a partir de Londrina, Deputado Toti Colaço, 5ª feira. Enquanto Curitiba, vai receber 12 novos Juizados Especiais, Londrina receberá 5 novos Juizados Especiais, sem dúvida, estes Juizados Especiais com Juizes Titulares, não Juizes acumulando, darão um novo fôlego, uma nova agilização ao processo Judicial de Londrina. Porque como todos sabem, este Juizado, vai cuidar de causas de menor complexidade na Área Cível cujo valor, cuja alçada não ultrapassa 40 salários mínimos. Na questão criminal, todos os delitos, todas as infrações de menor potencial ofensivo, desde um acidente de trânsito, até um pequeno furto. Até os pequenos delitos, que hoje são em grande quantidade os que mais absorvem, toda a ação e a máquina Judiciária de nosso Estado.

Por isso, vamos desafogar, sobremaneira a Justiça como um todo. Porque as pequenas causas, as causas de menor valor, passarão na Cidade de Londrina, a receber um tratamento de Juizados Especiais, Juizes especializados e conseqüentemente, as demais Varas ficarão mais livres, Deputado Luiz Carlos Martins, para cuidar das grandes causas e das grandes demandas.

Em síntese, é sem dúvida, um grande acontecimento, para o Paraná, especificamente, para a minha cidade. A Cidade de Londrina. Por isso, mesmo, eu não poderia deixar de fazer o registro aqui nesta tarde, até porque, quantos e quantos pronunciamentos cobrando a regulamentação dos juizados especiais, cobrando o envio de projeto para implantar os juizados especiais nesta Tribuna nós fizemos. Quantos e quantos pronunciamentos pedindo a descentralização das execuções penais para o interior do Estado e quantos e quantos pronunciamentos fizemos cobrando a instalação de varas especializadas nos assuntos relacionados à infância e à juventude.

Portanto, 5ª feira - de manhã, estaremos participando dessa importante solenidade. É, sem dúvida, um grande avanço na democratização da Justiça em nosso Estado. Parabéns, portanto, ao Poder Judiciário. Meus agradecimentos ao Presidente do Tribunal de Justiça Des. Cláudio Nunes do Nascimento. Meus agradecimentos ao Colégio de Desembargadores que compõem o órgão especial do Poder Judiciário do Paraná. E meus agradecimentos - muito especialmente - a todos os Senhores Deputados que, aqui, nesta Casa, deram uma contribuição efetiva para que estas leis pudessem ser aprovadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PT com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O que me traz à Tribuna hoje é alertado, ontem, por uma das pessoas que trabalham na Casa que sente dificuldade em viajar, na medida em que

chegava até a agência de passagem e esta lhe dizia: "Só tem ônibus Executivo ou, só tem ônibus Leito. Passamos a fazer uma pequena investigação e descobrimos o seguinte: que as empresas de ônibus, notadamente as que fazem as linhas interestaduais, estão pedindo autorização ao DTR, ao DNER e também ao DSTC para abrir novas linhas de ônibus Executivo. E aí tiram de circulação - sem informar a esses órgãos - os ônibus convencionais. É uma forma sutil de você majorar o preço. Se você quiser viajar hoje para São Paulo com a empresa Itapemirim, você vai ter 12 horários de ônibus Executivos e 1 horário de ônibus Convencional às 6 horas da manhã.

Então o trabalhador, o assalariado, a pessoa sem grande poder aquisitivo, que só quer uma segurança, uma poltrona para sentar e ir até São Paulo, não pode. Isso é um atentado contra a economia popular, isso é um artifício esdrúxulo para majorar o preço e qualidade do ônibus Executivo é altamente questionável. Que, segundo informações, a única coisa que muda é a plaquinha para o lado de fora do ônibus.

Então estamos apresentando ao Plenário um Requerimento pedindo explicações ao Ministério dos Transportes que é o órgão que comanda o DNER, que, por sua vez, comanda DETR que é o órgão fiscalizador das linhas interestaduais e pedindo ao DSTC do Paraná que investigue isso. Caso contrário, haveremos de fazer urgentemente uma legislação, aqui, que nas linhas intermunicipais seja obrigada a toda empresa ter o mesmo número de ônibus Convencionais e Executivos. Existem outras empresas do Paraná que também estão adotando nomes diferenciados, como o Top Bus, e majorando o preço. Queremos que as coisas sejam esclarecidas e se há, realmente a necessidade disso e há cálculos de majoração de preços, e também se o número de linhas convencionais está sendo acessível a todos os nossos trabalhadores, a nossa população do Paraná. É essa a preocupação.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo de autoria dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmar Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Estudos Supletivos de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Oberon Floriano Dittert, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a ACALON - Associação da Criança e do Adolescente de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina - Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de motoniveladora marca caterpillar, modelo 120 B, série 3.200/601, ano de fabricação 1986 para o Município de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 13, de 11.03.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 050/96

## PARECER.

O Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Albanor Gomes, objetiva a doação de uma motoniveladora marca CATERPILAR, por parte do Governo, ao Município de Catanduva, conforme especifica.

Mesmo considerando que a proposta implica em despesas por parte do Estado quando da substituição do bem objeto de doação, esta comissão não vislumbra óbice a sua tramitação, uma vez que o Projeto de Lei é autorizatório, não se conflitand, portanto, com dispositivos legais impeditórios.

Diante do exposto, este relator vem emitir seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.96.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente.  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 050/96

## PARECER:

## RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 050/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes, autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de motoniveladora marca CATERPILAR, modelo 120 B, Série 3.200/601, ano de fabricação 1986 para o Município de Contenda. Submetido a análise desta Comissão, considerou-se o seguinte:

## FUNDAMENTAÇÃO.

- mantido o regime de comodato, a maioria das Prefeituras, principalmente as menores, ver-se-ão sem as condições mínimas de continuarem atendendo suas necessidades básicas, a partir do momento que devolverem seus bens comodatados;
- a quase totalidade dos municípios não terão condições de repor o bem que será devolvido;

- a manutenção do comodato, garantiria ao Estado, apenas o aumento de maquinários sucateados, na maioria das vezes inservíveis e errecuperáveis;

- a doação definitiva, viria como estímulo para a manutenção cuidadosa e conseqüente conservação do maquinário por parte dos municípios;

- diante dessa situação, o Estado estaria prestando uma grande ajuda, fazendo a transferência definitiva "doação" tomando de direito uma situação que se reveste da precariedade com o Comodato.

## CONCLUSÃO

Por esses e outros motivos optamos pelo parecer FAVORÁVEL a essa Comissão.

Sala das Comissões, em 21.10.96.  
(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio objetivando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sibim. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 23, de 26.03.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 093/96

## PARECER.

O Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Eduardo Trevisan, objetiva o estabelecimento de convênio entre a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio e o Governo do Estado do Paraná, visando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sabim.

Mesmo considerando que o almejado convênio implica em aumento de despesas ao Governo do Estado, esta comissão não encontrou óbice legal a sua aprovação, por tratar-se de projeto autorizatório ao Executivo Estadual.

Desta forma, este relator vem emitir seu Parecer FAVORÁVEL, à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.96.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 093/96

## PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio objetivando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sibim.

Sobre o Projeto em tela, já existe o pronunciamento Favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Desta forma, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.96.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 093/96

## PARECER:



# RELATÓRIO

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio objetivando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sibin.

# FUNDAMENTAÇÃO.

Tendo em vista o que o presente Projeto de Lei, visa atender antigas reivindicações dos moradores da comunidade que reside na localidade e por tratar-se de importante melhoria no Conjunto vemos a real necessidade da aprovação deste.

Enfim, mesmo considerando que sobrecarregará as despesas do estado, vimos que: se sancionado for, certamente este e outros grandes benefícios à população habitacional trará.

# CONCLUSÃO

Sendo assim, optamos por ser FAVORÁVEL à essa Comissão este Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

# ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis objetivando a pavimentação entre Leopólis e o Distrito Primavera. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 25, de 27.03.96).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 096/96

# PARECER.

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis e o Distrito de Primavera.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 096/96

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis objetivando a pavimentação entre Leopólis e o Distrito Primavera.

Discordamos do parecer favorável exarado, tendo em vista que o teor desse projeto de lei deveria constar de reivindicação feita através de requerimento, posto tratar-se de competência exclusiva do Poder Executivo. Além disso, é projeto autorizatório, não gera qualquer obrigatoriedade e, portanto, não se amolda ao ato normativo utilizado.

Em face do exposto, consignamos nosso voto contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 096/96, haja vista ser matéria sem repercussão prática positiva no âmbito legislativo. Constata-se a necessidade da pavimentação, mas não gera a obrigatoriedade da efetivação da obra, haja vista não impor sanção ao Chefe do Poder Executi-

vo Estadual caso não assine o convênio.

Sala das Comissões, em 07.05.96.

(a) EMERSON NERONE

# COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 096/96

# PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre aquela cidade e o Distrito de primavera está em conformidade constitucional, legal e regimental.

Desta forma, pelos motivos alinhavados acima, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

# COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 096/96

# PARECER:

Relatando o contido no Projeto de Lei nº 096/96, de autoria do Ilustre Deputado Eduardo Trevisan, que solicita autorização para Pavimentação do trecho Distrito de Primavera até Leopólis, não encontramos nada que obste a sua tramitação normal.

Somos portanto de Parecer Favorável quanto a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
MILTINHO PUPPIO - Relator

# ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a determinar a publicação, veiculação, e afixação, em todos os jornais estaduais, fotografias de crianças desaparecidas. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 25, de 27.03.96).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 101/96

# PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 101/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, autoriza o Poder Executivo a determinar a publicação, veiculação, e afixação, em todos os jornais estaduais, fotografias de crianças desaparecidas.

Por se tratar de uma preposição autorizatória e de ampla cobertura de divulgação das crianças desaparecidas, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 07.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

# COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 101/96

# PARECER:

# RELATÓRIO

O Projeto de Lei em questão de autoria do Deputado Jocelito Canto, autoriza o Poder Executivo a determinar a publicação, veiculação, e afixação, em todos os jornais estaduais, fotografias de crianças desaparecidas.

# FUNDAMENTAÇÃO

Entendemos ser de considerável valência para a população, principalmente por vir atender a vontade e angústia dos pais das crianças e também por reservar espaço para divulgar, através dos órgãos oficiais de Comunicação Social tamanho afreito para as famílias brasileiras.

Vale a pena ressaltar que também vem atender principalmente aquelas famílias mais carentes que não possuem recursos econômicos para tal.

Tal atitude não virá com certeza confortar, mas procurará pelo menos prevenir outros pais de pequenos descuidados por ora feitos sem qualquer noção da realidade atual a respeito de tamanha brutalidade. Infelizmente trata-se de um assunto deprimente mas confiamos que se "cada um" fizer a sua parte "todos" terão feito "tudo" e o "nada" terá deixado de ser ameaça!

#### CONCLUSÃO

Não encontrando nenhum impedimento, pelo contrário, total apoio e merecimento pelo assunto proposto optamos pelo Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/96, de autoria do Deputado Cesar Selme, que autoriza o Poder Executivo a promover alterações no caput do art. 51, da Lei nº 8933 de 26/01/89, conforme especifica. (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 09.04.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 121/96

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Selme, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a promover alterações no Caput do art. 51, da Lei nº 8933 de 26/01/89, conforme especifica. (ICMS).

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
IRONDI PUGLIESI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 121/96

##### PARECER:

O Projeto de Lei nº 121/96, de autoria do Deputado Cesar Selme, objetiva autorizar o Poder Executivo a promover alterações no Caput do art. 51, da Lei nº 8933 de 26/01/89, (ICMS), conforme especifica.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nenhum óbice quanto a sua normal tramitação junto a esta Casa de Leis, ressaltando-se ainda, que o Estado também precisa dar sua parcela para a continuidade do Plano Econômico no País, ajustando-se a nova realidade quanto a cobrança injusta dos juros atuais.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao Projeto apresentado, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.10.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que estabelece a fixação de fotos e identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais cuja concessão e ou permissão sejam do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 17.04.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 140/96

##### PARECER:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Ricardo Chab, estabelece a fixação de fotos e identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais cuja concessão e ou permissão sejam do Estado.

No âmbito da competência desta Comissão não encontramos óbice à tramitação do Projeto de Lei nº 140/96, motivo pelo qual emitimos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EMERSON NERONE - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 140/96

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem como objetivo estabelecer a fixação de fotos e identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais cuja concessão e/ou permissão sejam do Estado.

Sobre a matéria, constatamos já existir o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, não encontrou nenhum impedimento, quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 140/96

##### PARECER:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Chab que "estabelece a fixação de fotos e identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais cuja concessão e/ou permissão sejam do Estado".

De acordo com o § 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face os propósitos altamente meritórios do projeto em análise somos de parecer favorável ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
PÉRICLES MELLO - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para promover iluminação pública de toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteira com a Capital. COM PARECERES FAVORÁ-

VEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 181/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para promover obras de iluminação pública em toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteira com a Capital do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA.

Os municípios que fazem fronteira com a Capital do Estado são conhecidos como "cidades-dormitório", isto é as que dispõem de mão-de-obra utilizadas em Curitiba e outras regiões vizinhas. Muitos destes trabalhadores vão a pé ou de bicicleta para o seu labor, tanto pela manhã na ida quanto na sua volta à noite, a ausência de iluminação pública nas rodovias transforma a sua vida num transtorno. E basta verificar o número de acidentes envolvendo trabalhadores para justificar esta iniciativa.

ASSESSORIA LEGISLATIVA  
PROJETO DE LEI Nº 181/96

## P A R E C E R:

Em análise técnica processual realizada por esta Assessoria Legislativa referente ao projeto de lei apresentado pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio para promover iluminação pública de toda a extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteira com a Capital, concluímos que o mesmo está de acordo com o art. 118, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nestas condições, o projeto de lei em análise está em condições de passar pelo crivo das seguintes Comissões competentes: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.96.

(aa) HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA  
Advogada  
O.A.B/PR Nº 11.192

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Diretor Legislativo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 181/96

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura de Curitiba para promover iluminação pública de toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteira com a Capital.

Chamada essa Comissão a se manifestar, não há óbice que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 181/96

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, objetiva autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para promover iluminação pública de toda extensão das rodovias que ligam os municípios que fazem fronteira com a Capital.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, § 3º do Regimento Interno, não encontramos nada que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 181/96

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei nº 181/96, visa autorizar o Governo do Estado do Paraná, a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para que sejam executados serviços de iluminação pública às margens das rodovias que ligam os municípios da Região Metropolitana que fazem fronteira com a Capital.

O projeto de lei em pauta, já conta com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, e na análise desta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação e aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
RENY BORSATTO - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pato Branco a posse do imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 242/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a retroceder ao Município de Pato Branco, a posse do imóvel urbano pertencente ao Estado, situado na sede daquele município, na quadra nº 497, com área de 17.463,00 m² (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três metros quadrados), matriculado sob nº 5.716 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Pato Branco doou ao Governo do Estado, através da Lei Municipal nº 313, de 17 de agosto de 1978, o imóvel situado na quadra nº 497, contendo área de 17.463 m², localizado na sede daquele município.

O imóvel deveria ser destinado para a construção da sede do Centro Social Urbano - CSU. Entretanto o Município de Pato Branco, atualmente, necessita urgentemente de locais para ampliar o atendimento ao povo da região e como o imóvel não recebeu por parte do Poder Público Estadual nenhuma benfeitoria, nada mais justo que o mesmo retorne à sua origem.

Diante do exposto esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 242/96

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pato Branco a posse do imóvel que especifica.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 242/96

## P A R E C E R:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury que "autoriza a retroceder ao Município de Pato Branco a posse do imóvel que especifica".

De acordo com o § 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face os propósitos altamente meritórios do projeto em análise somos de parecer favorável ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
PÉRICLES MELLO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1236, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1238 e 1244, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1239, de autoria do Senhor Depu-

tado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1240 a 1242, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1243, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1246, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1247, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1248, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1249, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1250 a 1256, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1257, de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Cezar Silvestri, Irineu Colombo e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1259 e 1260, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1262 e 1263, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só queria Senhor Presidente, registrar a presença do Prefeito de Paula Freitas e seu vice, o Prefeito de Sengés e seu vice e o Prefeito de General Carneiro e seu vice.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050, 093, 096, 101, 121, 140, 161 e 242/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 437, 447, 449, 452, 453, 456 e 457/96.

Levanta-se a sessão.